

**AgRg nos EDcl no HABEAS CORPUS Nº 542.874 - SP
(2019/0325719-8)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : MARIA ALCIRIS CABRAL JARA
ADVOGADO : ADIB ABDOUNI - SP262082
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO

DECISÃO

MARIA ALCIRIS CABRAL JARA interpõe agravo regimental contra decisão de minha relatoria, em que indeferi a liminar pleiteada neste habeas corpus.

Alega a defesa que "os fatos imputados à paciente são todos indiretos, ou seja não há, nos autos, prova de que ela mesma praticara as condutas criminosas. Há sim provas de que os aparelhos celulares monitorados enviaram e receberam as mensagens, mas, em momento algum, se comprova que a própria paciente participara das empreitadas pretensamente criminosas levadas a efeito pelo seu esposo e pai da criança" (fls. 2.721-2.722).

Requer a reconsideração do *decisum* anteriormente proferido ou a submissão do feito a julgamento pelo órgão colegiado, para que seja deferida a liminar e, por conseguinte, deferida a prisão domiciliar à paciente.

Decido.

De plano, saliento que este Superior Tribunal possui entendimento consolidado de que **não é cabível** a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que, fundamentadamente, defere ou indefere pedido de liminar em habeas corpus.

Nesse sentido, menciono o seguinte julgado: **AgRg no HC n. 91.248/RJ**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 1º/12/2017.

Essa também é a orientação do Supremo Tribunal Federal:

HABEAS CORPUS IMPETRADO, ORIGINARIAMENTE,

PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - MEDIDA LIMINAR DENEGADA, PELO RELATOR DA CAUSA, EM DECISÃO PLENAMENTE FUNDAMENTADA - INTERPOSIÇÃO, CONTRA REFERIDA DECISÃO, DE 'AGRAVO REGIMENTAL' - INADMISSIBILIDADE - PRETENDIDA SUSTENTAÇÃO ORAL QUANDO DO JULGAMENTO DO "AGRAVO REGIMENTAL" - IMPOSSIBILIDADE - CONSTITUCIONALIDADE DA VEDAÇÃO REGIMENTAL (RISTF, ART. 131, § 2º) - RECURSO DE AGRAVO NÃO CONHECIDO.

- Não se revela suscetível de conhecimento, por incabível, recurso de agravo ('agravo regimental') contra decisão do Relator, que, motivadamente, defere ou indefere pedido de medida liminar formulado em sede de 'habeas corpus' originariamente impetrado perante o Supremo Tribunal Federal. Precedentes. (...)

(HC n. 94.993, MC-AgR, Rel. Ministro Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJ 13/2/2009)

Por se tratar de medida que não encontra previsão legal, o pleito de liminar, em habeas corpus, deve ser deferido apenas em hipóteses excepcionalíssimas, de flagrante violação ou ameaça ao direito de locomoção do indivíduo, mediante demonstração da plausibilidade jurídica do direito tido como violado (*fumus boni juris*) e do perigo da demora na prestação jurisdicional invocada (*periculum in mora*), **requisitos que não foram identificados na espécie.**

Conforme explicitado na decisão ora agravada, não foi detectado, ao menos em juízo de cognição sumária, manifesto constrangimento ilegal a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Ressalto que o rito do habeas corpus é célere, e o inconformismo da defesa será analisado, oportunamente, no julgamento de mérito, pois, neste incipiente momento, não há elementos suficientes para alterar a conclusão da decisão que indeferiu a liminar.

À vista do exposto, **não conheço** do agravo regimental.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**